



Poder Judiciário

## Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

### TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

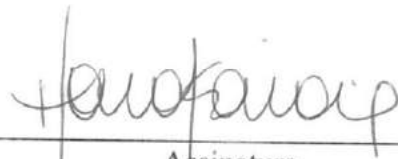
Pelo presente instrumento, eu, NARA CRISTINA NEUMANN CAND SARAJA (nome),  
1025440072 (RG) e 438.799.180-15 (CPF), na qualidade de autor(a) da  
prática COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE ACOLHIDO NA JUSTIÇA (nome),  
implementada na instituição TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS  
(nome do órgão/instituição), inscrita por mim no Edital do “Prêmio Prioridade Absoluta”,  
realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), **CEDO** os direitos relativos à edição,  
à exibição, à veiculação e à distribuição dessa boa prática em qualquer meio analógico ou  
digital, tanto no Brasil como no exterior, da íntegra ou de partes da obra, bem como  
autorizo sua inclusão no acervo digital da instituição.

Declaro expressamente que a publicação e utilização da prática em questão, inclusive para  
fins de fomento, disseminação e replicação, não viola os direitos de terceiros.

Declaro que a elaboração da mencionada prática tem caráter *pro bono publico* e, portanto,  
renuncio ao recebimento de qualquer remuneração pertinente aos direitos autorais ora  
cedidos.

Por ser a expressão da verdade, dato e assino o presente termo de cessão.

PORTO ALEGRE (cidade), 27 (dia) de MAIO (mês) de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura



Poder Judiciário

## Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

### TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, eu, NARA CRISTINA NEWMANN CANO-SARPIVA (nome),  
1025440072 (RG) e 438.799.180-15 (CPF), na qualidade de  
autor(a) da prática COMINÉ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES ACOLHIDO NA <sup>JUSTIÇA</sup> (nome),  
implementada na instituição TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RS  
(nome do órgão/instituição), inscrita por mim no Edital do “Prêmio Prioridade Absoluta”,  
realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), comprometo-me a prestar  
informações adicionais para elaboração dos materiais informativos da presente boa  
prática, além de atuar como tutor nos fóruns de discussão que serão realizados pelo CNJ  
na etapa de disseminação da prática.

PORTO ALEGRE (cidade), 27 (dia) de MAIO (mês) de 2021.

Assinatura



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

ANEXO III DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE CIÊNCIA

Pelo presente instrumento, eu, JOLTARE DE LIMA MORAES  
(nome), 1004987739 (RG) e 162.010.940-91 (CPF),  
Presidente (cargo), na qualidade de gestor da instituição  
Tribunal de Justiça do RS (nome), declaro ter ciência  
da inscrição da prática \_\_\_\_\_ (nome),  
implementada nesta instituição, no Edital do "Prêmio Prioridade Absoluta", realizado pelo  
Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assim como declaro ter conhecimento da premiação  
a que está concorrendo essa prática, das visitas técnicas que poderão ser realizadas pela  
Comissão de Avaliação e da etapa de fomento e disseminação da prática.  
POA (cidade), 31 (dia) de maio (mês) de 2021.

Assinatura



**CPAAJ**

Comitê de Participação de  
Adolescentes Acolhidos na Justiça

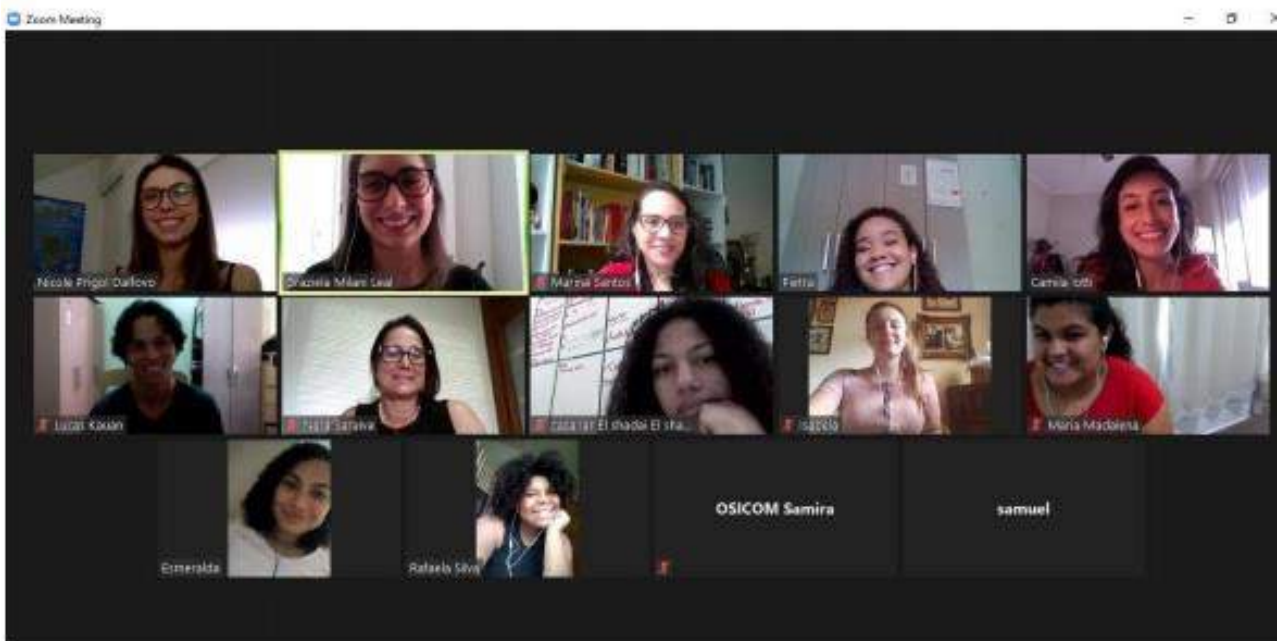
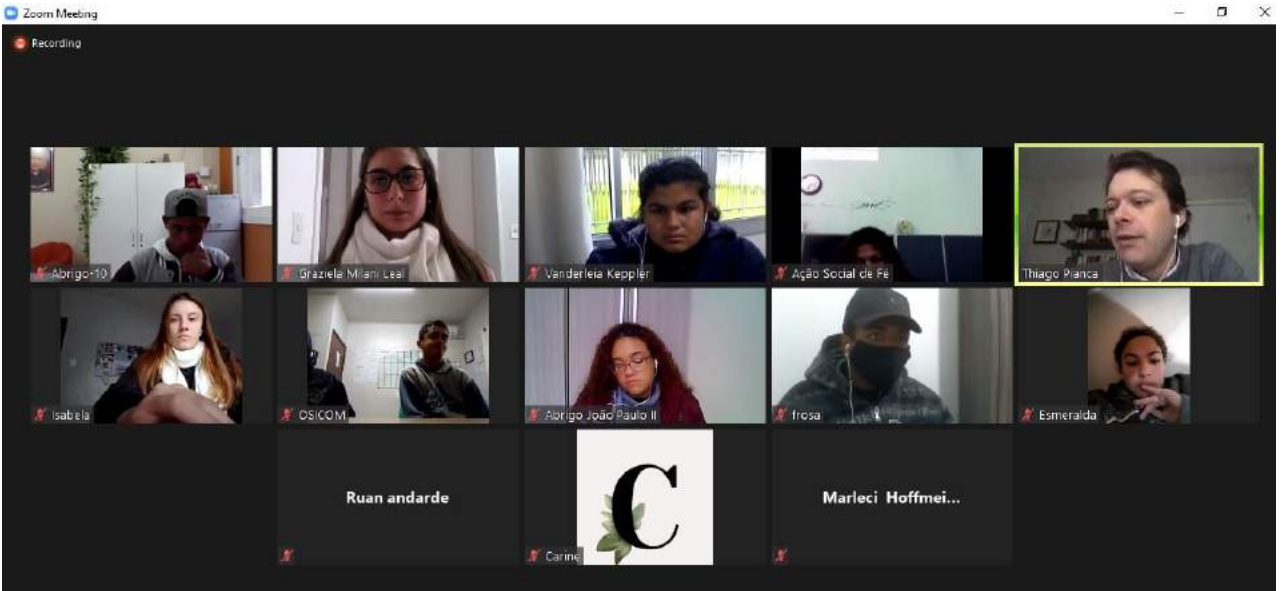
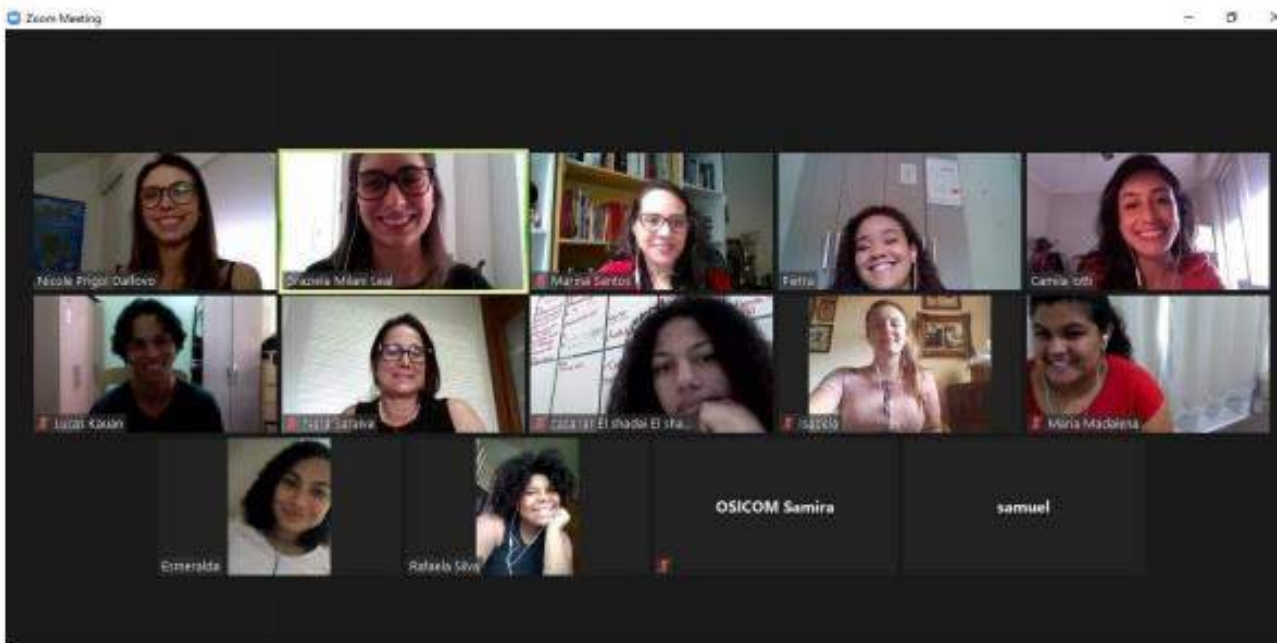












Exemplos de pautas escolhidas pelos adolescentes e já trabalhadas nas reuniões mensais do Comitê da Comarca de Porto Alegre:

- Saúde mental no acolhimento;
- Medicalização;
- Maioridade e desacolhimento;
- Organização financeira;
- Relação das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional com os educadores residentes;
- Funcionamento das visitas nas instituições de acolhimento
- Violência e suas formas;
- Comunicação Não-Violenta nas instituições de acolhimento;
- As implicações da pandemia para os acolhidos.

# Adolescentes acolhidos ganham espaço e voz

*Comitê instalado pela CGJ proporciona participação ativa dos jovens*



Corregedora-Geral participou do bate-papo  
Foto: Eduardo Nichele

Proporcionar um espaço de diálogo para ouvir e acolher as propostas e reivindicações de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos de Porto Alegre. Esse é o objetivo Comitê de Participação de Adolescentes Acolhidos na Justiça (CPAAJ), lançado na terça-feira (20/11). A iniciativa, que é inédita, contou com a participação de seis adolescentes representantes de abrigos da capital.

Em uma roda de conversa, a Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Denise Oliveira Cezar e a Juíza-Corregedora Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, apresentaram aos jovens como será realizado o trabalho pelo comitê, que tem a finalidade de aproximar o Judiciário dos acolhidos e, a partir da fala dos adolescentes, direcionar as ações e o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude, bem como colaborar na construção de políticas públicas. Servidoras da Coordenadoria da Infância e Juventude também participaram do evento.



Institucional

20/11/2019 - 18:10

## Comitê formado por adolescentes acolhidos institucionalmente completa um ano

Espaço de reflexão e informações. O Comitê de Participação de Adolescentes Acolhidos na Justiça (CPAAJ), iniciativa inédita no Judiciário, completou seu primeiro ano nesta quarta-feira (20/11).

Para marcar a data, uma reunião foi realizada entre os adolescentes acolhidos que integram a CPAAJ, a Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Denise Oliveira Cezar, a Juíza-Corregedora Nara Cristina Neumann Cano Saraiva e a Assistente Social da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJRS, Graziela Milani.

Conforme a Desembargadora Denise, ao longo do ano foram 12 encontros, cada um com uma temática diferente. Entre os assuntos abordados, temas como saúde mental no acolhimento, sexualidade, maioridade e desacolhimento, educação financeira, violência, entre outros.

"O projeto foi e está sendo um sucesso. Os adolescentes estão entusiasmados com o Comitê e nós estamos felizes por responder aos anseios deles", ressaltou a Corregedora.

A Juíza-Corregedora Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Judiciário gaúcho, afirmou que os temas das reuniões são definidos pelos integrantes do Comitê. A partir das informações que são trazidas pelos adolescentes, o Judiciário interage com o Ministério Público, com os Juízes da Infância e as equipes técnicas dos abrigos. "Os resultados do trabalho são muito positivos. Muitos assuntos já conseguimos dar encaminhamento. Após um ano, os adolescentes estão mais extrovertidos, com maior participação nas reuniões."



Formado por 16 jovens, comitê teve 12 encontros no ano, sempre com alguma temática diferente  
Créditos: Eduardo Nichele

Para os adolescentes, o Comitê tem sido uma experiência gratificante, com a oportunidade de expor anseios e dúvidas. Lucas, de 14 anos, representa 9 casas de acolhimento e cerca de 70 crianças e adolescentes, e disse que a comunicação entre os acolhidos com as pessoas que trabalham nas instituições melhorou, que muitas dúvidas foram esclarecidas. "O ambiente ficou mais descontraído, mais acolhedor."

Esmeralda, de 17 anos, disse que a participação no comitê está sendo "uma experiência mais do que especial. A gente percebe um maior cuidado e preocupação com as coisas que gostamos, com nosso bem-estar. Mesma percepção de Anelise, de 17 anos: "é um espaço no qual que a gente pode ser a voz dos outros adolescentes e crianças", e Rafaela, de 16 anos, "é um espaço de conhecimento onde resolvemos nossas dúvidas, está sendo muito bom". Também participaram do encontro as Assistentes Sociais Marleci Hoffmeister e Carine Caon.

## **CPAAJ**

O Comitê é um órgão colegiado formado por adolescentes em situação de acolhimento da Comarca de Porto Alegre, que atuam na qualidade de representantes das 10 instituições de acolhimento com maior número de casas-lares e abrigos residenciais da capital.

Os representantes são escolhidos por meio de processo participativo, através de votação, na própria instituição. As reuniões são mensais, onde são apresentadas à Coordenadoria da Infância e Juventude do RS (CIJRS) as principais demandas a partir de suas vivências no cotidiano das instituições de acolhimento. O Comitê também participa semestralmente das reuniões da CIJRS.

---

Texto: Rafaela Leandro de Souza | Assessora-Coordenadora de imprensa: Adriana Arend | imprensa@tjrs.jus.br



Jurisdicional

07/07/2020 - 18:10

## Adolescentes acolhidos participam de videoconferência e fazem relato sobre a rotina durante o isolamento social

O Comitê de Participação dos Adolescentes Acolhidos na Justiça (CPAAJ) realizou a primeira reunião virtual no dia 25/6 com a participação de oito adolescentes.

A Juíza-Corregedora Nara Cristina Neumann Cano Saraiva e a equipe da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, composta pelas Assistentes Sociais Graziela Leal e Marleci Hoffmeister, pela Assessora Jurídica Carine Caon e pela estagiária de Serviço Social Isabela Canarim, participaram da reunião, juntamente com outros cinco representantes de instituições de acolhimento de Porto Alegre.

A pauta do encontro foi o efeito da pandemia na realidade cotidiana de crianças e adolescentes acolhidos. Foram abordados tópicos como as modificações na rotina dos serviços de acolhimento em virtude da pandemia, as atividades que podem ser realizadas dentro das instituições durante o isolamento social e as medidas de proteção adotadas. Também esteve no foco do encontro a rotina de atividades escolares e a manutenção dos acompanhamentos psicológicos, que estão ocorrendo de forma virtual.

Ao final da reunião, foi organizado um cronograma de encontros para o próximo semestre. No dia 16/7 haverá outra videoconferência entre o grupo que compõe o Comitê, onde será tratada a questão da saúde mental de crianças e adolescentes em sua relação com o acolhimento.



Efeito da pandemia na rotina dos acolhidos foi tratada na reunião virtual

Créditos: Divulgação

## Audiência Pública sobre Adoção Tardia:



## Jornada Gaúcha de Adoção e Acolhimento:





## Curso de Atualização da Magistratura – Infância Protetiva:



## Semana de Prevenção à Gravidez na Adolescência:



## Papo Reto: a Comunicação Não-Violenta nos serviços de acolhimento:

